

ROUBO NA BOMBA

Procons vão fiscalizar postos de combustíveis

A Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon) reuniu ontem mais de 100 Procons estaduais e municipais para organizar a ampliação das ações de fiscalização do mercado de combustíveis. De acordo com a secretaria, a mobilização está focada

na coleta de preços em postos de combustíveis para análise sobre possíveis valores abusivos. A ação será concentrada em cidades em foram registradas elevações expressivas nos preços do diesel e da gasolina, com base em dados consolidados pelo Ministério das Minas e Energia (MME). As infor-

mações abrangem cerca de 19 mil postos de combustíveis em 459 municípios brasileiros. Segundo o ministério, na cidade de Ourinhos (SP), por exemplo, foi registrada a comercialização do Diesel S10 a R\$ 9,99 por litro, representando aumento de 36% nos últimos sete dias. [PÁGINA 7](#)

FEVEREIRO

Rio registra queda de 9,6% nas mortes violentas

O estado do Rio de Janeiro registrou queda de 9,6% nos casos de mortes violenta em fevereiro, de acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão responsável pelas estatísticas oficiais de criminalidade e ligado ao governo estadual. Foram registradas 303 mortes no mês. Em fevereiro do ano passado, foram 335 mortes. O indicador reúne as mortes decorrentes de homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e por intervenção de agente do Estado. Os dados do ISP apontam redução nos principais indicadores de roubo no estado: roubo de rua (- 17,4%), o menor número para o mês desde 2017; roubo em coletivo (- 63,3%), roubo a transeunte (- 14,3%), o roubo de aparelho celular (-11,3%), roubo de veículos (-14,4%) e o roubo de carga (- 8,2%). Conforme o instituto, as morte causadas por agente do Estado caíram 35,4% no período, o menor registro para o mês desde 2016. [PÁGINA 8](#)

EUA

Chefe do antiterror deixa cargo e critica guerra no Irã

[PÁGINA 8](#)

SÃO PAULO

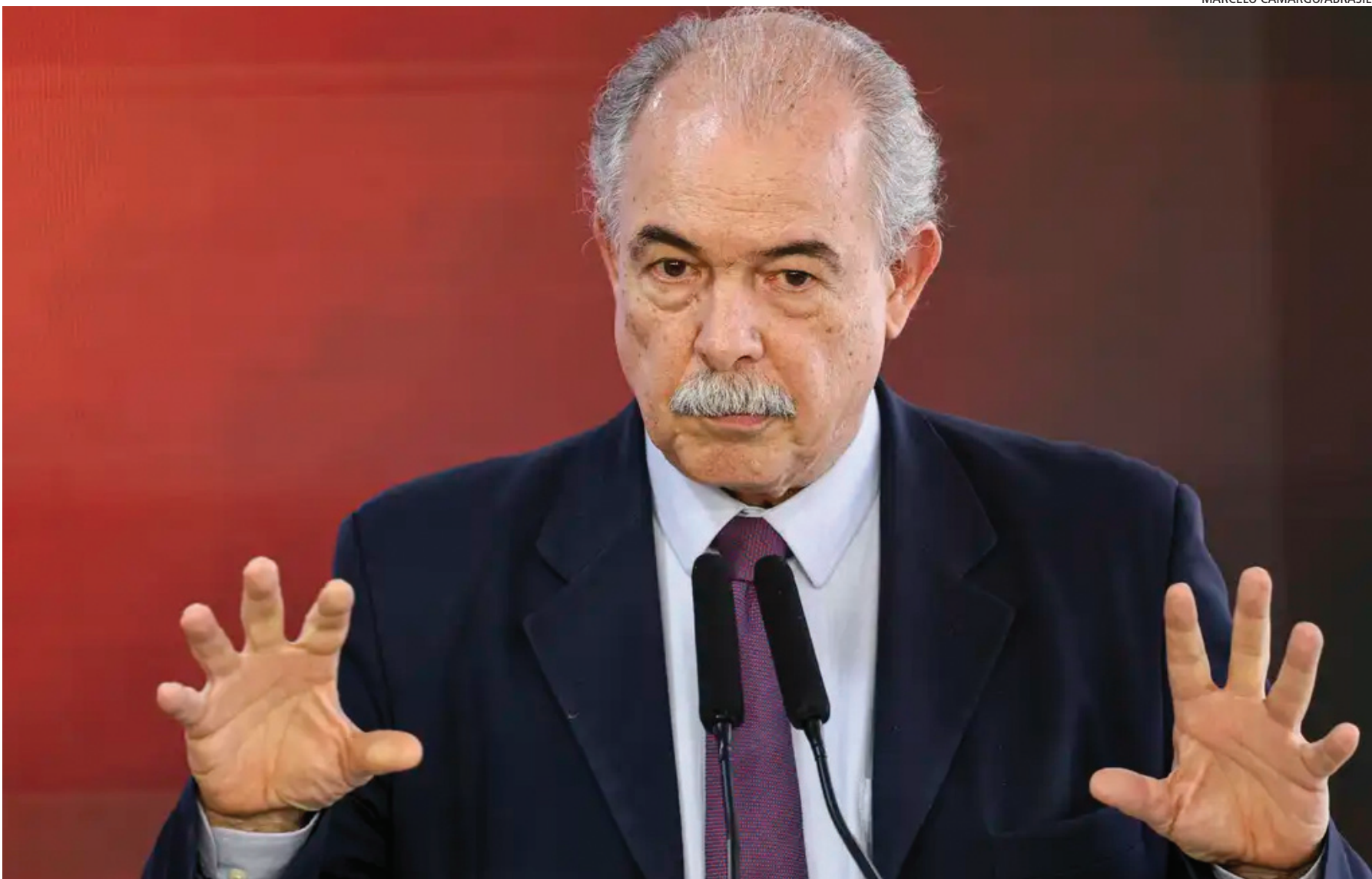
Polícia pede a prisão de marido de PM morta

[PÁGINA 5](#)

BALANÇO

Lucro líquido do BNDES atinge R\$ 26,8 bi em 2025

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encerrou o quarto trimestre de 2025 com avanço nos resultados, impulsionado pelo desempenho do resultado financeiro - com ganhos de crédito e tesouraria, associados ao crescimento dos ativos - e pela expansão consistente da demanda por crédito, segundo dados divulgados pelo banco. O banco de fomento registrou lucro

líquido de R\$ 9,6 bilhões na última etapa de 2025, alta de 30% em relação ao quarto trimestre de 2024. Já o lucro recorrente somou R\$ 4 bilhões no período, crescimento de 19% na mesma comparação. "Tivemos resultados muito forte no quarto trimestre de 2025 em relação a 2024", afirmou o presidente da instituição, Aloizio Mercadante (**foto**), ao comentar o balanço do período. [PÁGINA 2](#)

EMENDAS

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Supremo condena deputados do PL por corrupção passiva

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou ontem dois deputados federais e um suplente do PL pelo crime de corrupção passiva. Por 4 votos a 0, o colegiado formou placar unânime para aceitar a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE), por cobrança de propina para a liberação de emendas parlamentares. O voto do relator, ministro Cristiano Zanin (**foto**), prevaleceu no julgamento. Zanin disse que há provas robustas de que os acusados cometeram crime de corrupção passiva ao solicitarem o pagamento de propina ao então prefeito do município José Eudes, que denunciou o caso. [PÁGINA 6](#)

INDICADORES

IBOVESPA -0,91% / 177.653,31 / -1.631,18 / Volume: 31.013.726.788 / Negócios: 4.411.726										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.621,00		IGP-M		-0,73% (fev.)		EURO turismo			
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento				Ufir-RJ		IPCA		0,56% (fev.)		Compra: 6,1355		Venda: 6,2155	
Preço		%		Oscil.		Preço		%		Oscil.		Preço		%		Oscil.									
GOLL54		11,55		+0,79		+0,09		SOND5		69,95		+18,54		+10,94		CCTY3		9,550		-20,42		-2,450			
PETR4		44,67		-0,73		-0,33		FICT3		0,51		+8,51		+0,04		ESTR4		4,02		-16,25		-0,78			
BBAS3		23,81		-1,73		-0,42		DOT23		4,140		+8,38		+0,320		RAPT3		5,03		-11,29		-0,64			
MGLU3		9,34		-0,64		-0,06		IFCM3		0,800		+6,67		+0,050		RSID3		1,53		-11,05		-0,19			
CSAN3		5,42		-3,90		-0,22		PLPL3		14,350		+5,59		+0,760		RAPT4		4,99		-9,76		-0,54			
										Dow Jones				46.558,47				-0,26							
										S&P 500				6.632,19				-0,61							
										NASDAQ Composite				22.105,359				-0,93							
										Nasdaq 100				24.380,734				-0,62							
										Euronext 100				1.752,72				-0,36							
										CAC 40				7.911,53				-0,91							

MERCADOS



Aos 180 mil pontos, Bovespa segue em recuperação; dólar cai

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu em recuperação pelo segundo dia, com retomada de 1,55% no agregado da semana que o reposicionou na linha dos 180 mil pontos no fechamento da sessão. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 179.849,79 até os 182.800,30 pontos, tendo saído de abertura aos 179.881,52 pontos Ao fim, marcava 180.409,73 pontos, em alta moderada a 0,30%, com giro financeiro a R\$ 27,1 bilhões. No mês, o Ibovespa ainda acumula perda de 4,44%, que suaviza o ganho do ano a 11,97%.

Prevaleceu a suavização, desde a segunda-feira, da percepção de risco sobre o conflito no Oriente Médio. O Brent, contudo, seguiu acima de US\$ 100 por barril, em alta de 3,2%, a US\$ 103 por barril no contrato futuro mais negociado em Londres. Em Nova York, Dow Jones +0,10%, S&P 500 +0,25% e Nasdaq +0,47%.

Na B3, em sessão quase estável para o principal papel do índice, Vale (ON +0,15%), e negativa para os bancos (Itaú PN -0,67%, Santander Unit -1,18%), destaque para o avanço nas ações de Petrobras (ON +1,22%, PN +1,76%). Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Natura (+8,46%), que

divulgou balanço trimestral, à frente de CSN (+5,14%), Prio (+4,83%), Braskem (+4,37%) e PetroReconcavo (+3,96%). No lado oposto, Magazine Luiza (-8,13%), devolvendo parte do ganho da segunda-feira, ao lado de Cosan (-4,22%) e de Brava (-3,33%).

DÓLAR

O dólar emendou ontem, a segunda sessão consecutiva de queda firme no mercado doméstico e flertou com fechamento abaixo de R\$ 5,20. Apesar da ausência de sinais concretos de arrefecimento do conflito no Oriente Médio e da alta dos preços do petróleo, houve recuperação do apetite ao risco no exterior.

Como na segunda-feira passada, o real figurou no grupo das três divisas emergentes e de países exportadores de commodities que mais ganharam terreno em relação ao dólar, ao lado do florim húngaro e do novo shekel israelense.

Tirando uma elevação pontual no início dos negócios, o dólar operou em baixa no restante do dia. Com mínima de R\$ 5,1776 à tarde, em sintonia com o exterior, a moeda encerrou em baixa de 0,57%, a R\$ 5,20. A divisa acumula recuo de 2,19% nos dois últimos pregões, mas ainda sobe 1,29% em março, após queda de 2,16% em fevereiro.

BALANÇO

JULIANA GARÇON/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encerrou o quarto trimestre de 2025 com avanço nos resultados, impulsionado pelo desempenho do resultado financeiro - com ganhos de crédito e tesouraria, associados ao crescimento dos ativos - e pela expansão consistente da demanda por crédito, segundo dados divulgados pelo banco. O banco de fomento registrou lucro líquido de R\$ 9,6 bilhões na última etapa de 2025, alta de 30% em relação ao quarto trimestre de 2024. Já o lucro recorrente somou R\$ 4 bilhões no período, crescimento de 19% na mesma comparação.

No consolidado de 2025, o lucro recorrente atingiu R\$ 15,2 bilhões, o maior da história do banco, com um avanço de 15% ante 2024. O lucro líquido, por sua vez, avançou 1,7% em 2025, atingindo R\$ 26,8 bilhões.

"Tivemos resultados muito forte no quarto trimestre de 2025 em relação a 2024", afirmou o presidente da instituição,

Aloizio Mercadante, ao comentar o balanço do período.

Para Mercadante, o desempenho reflete um ciclo de expansão sustentado. "O crescimento acelerado tem sido feito de forma muito consistente", disse.

O executivo frisou que o banco atingiu o segundo melhor resultado do sistema financeiro", atribuindo o patamar de rentabilidade à retomada do protagonismo do BNDES no financiamento de longo prazo e ao aumento da atividade operacional.

Ainda segundo o presidente, a expansão do balanço ocorre sem perda de robustez. "Os ativos do banco estão chegando a R\$ 1 trilhão, uma expansão sólida", disse. Os ativos totais superaram R\$ 962 bilhões - o maior valor nominal da série, com alta de mais de 40% desde 2022.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito do BNDES - incluindo debêntures e recebíveis - atingiu R\$ 664 bilhões em 2025, alta de 13,4%, no maior patamar desde 2016, conforme o banco. A instituição

BNDES defende novo Plano Brasil Soberano para ajudar exportadoras

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante (**foto**), defendeu, ontem, que o país tenha um novo Plano Brasil Soberano de ajuda a exportadores prejudicados por tarifas americanas.

A ajuda, na visão de Mercadante, teria espaço também para setores com déficits comerciais (importações maiores que exportações), estratégicos e os afetados por reflexos de guerras.

Lançado em agosto de 2025, o Brasil Soberano foi um pacote de financiamento destinado a empresas exportadoras impactadas pelo tarifaço americano que, na época, impôs tarifas de até 50% para produtos brasileiros vendidos aos Estados Unidos.

No dia 20 de fevereiro, uma decisão da Suprema Corte dos EUA derrubou a decisão do governo Donald Trump, que reagiu impondo tarifa global de 15%.

No entanto, Mercadante chama atenção para o fato de alguns setores ainda estarem sendo alvo de tarifas maiores.

"Quando é para todos, não desequilibra a relação de comércio. O problema é quando você tem uma tarifa superior aos seus concorrentes", diz.

O presidente do BNDES cita a Seção 232, legislação americana, ainda vigente, que possibilita a imposição de tarifas por razões de segurança nacional.

"Alguns setores estão naquele resolução de 50% para o setor siderúrgico, alumínio, cobre", lista ele, acrescentando que o setor automotivo e autopças sofrem taxações de 25%.

"A nossa avaliação é que precisamos de um Brasil Soberano 2", sustenta.

RECURSOS NO CAIXA

As declarações de Mercadante



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

te foram durante apresentação do balanço financeiro 2025 do banco de fomento vinculado ao governo federal, na sede da instituição, no Rio de Janeiro.

De acordo com o balanço, em 2025, no âmbito do Plano Brasil Soberano, o banco financiou R\$ 19,5 bilhões para 676 empresas.

Mercadante informou que os recursos do programa não foram integralmente utilizados, de forma que R\$ 6 bilhões ainda estão no caixa do BNDES. Isso indica, segundo ele, que não haveria custo extra para o orçamento público.

"A gente pode devolver ao Tesouro Nacional [caixa do governo], e o Tesouro pode definir um novo programa. A gente não pode usar sem uma definição legal específica, então, precisa que o Congresso Nacional aprove. É um termo urgente e relevante que pode ser feito com Medida Provisória", assinala.

Mercadante disse que já há conversas com o vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e com o Ministério da Fazenda, cabendo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva definir.

"Mas já tem um diálogo

também informou que o caixa livre atingiu R\$ 61 bilhões em 2025, montante quatro vezes superior ao disponível em 2022.

Na leitura da administração, o resultado operacional de 2025 apresentou forte crescimento, sustentado pelo aumento da demanda por crédito frente a 2024.

Nesse contexto, Mercadante disse que a instituição está "fomentando crédito com R\$ 1 bilhão por dia, o que é fantástico"

Ele também mencionou a eficiência interna: "funcionários geram cerca de R\$ 9 milhões de resultado ao ano cada", em referência à produtividade do corpo técnico.

CONSULTAS

Em 2025, as consultas somaram R\$ 389,2 bilhões, alta de 19% ante 2024 e de 170% em relação a 2022. As aprovações de crédito totalizaram R\$ 237,9 bilhões, aumento de 12% frente a 2024 e de 80% contra 2022.

Na abertura por setores, o banco destacou que as aprovações para a indústria subiram 215% ante 2022, para R\$ 71 bilhões. Em comércio e serviços,

houve aumento de 125%, para R\$ 41,2 bilhões, e, na agropecuária, avanço de 100%, para R\$ 54,3 bilhões.

COMPARAÇÃO

Ao ampliar a comparação para o acumulado de 2023 a 2025 - período que abrange o governo Lula e a presidência de Mercadante no posto de presidente do BNDES -, a instituição informou que o montante do triênio foi 86% maior do que o observado entre 2019 e 2021, durante o governo Bolsonaro.

No mesmo recorte, as consultas cresceram 221%, as aprovações avançaram 164% e os desembolsos aumentaram 126% em relação ao triênio anterior, sinalizando aceleração do ciclo de crédito e maior presença do banco no financiamento.

DIVIDENDOS

Mercadante também afirmou que o BNDES tem realizado "pagamento de dividendos acima do teto da legislação", destacando que, no início de sua gestão, havia limitações de caixa e pressões para a venda da carteira de ações.

de 2025, o BNDES aprovou o financiamento de R\$ 1 bilhão para a companhia produzir etanol.

De acordo com Mercadante, a dívida da Raízen com o banco tem garantias reais e não será incluída na renegociação.

Mesmo assim, Mercadante informou que o BNDES busca fazer parte de uma solução, sem adiantar qual iniciativa seria tomada.

"Acreditamos que essa recuperação é possível e estamos trabalhando nessa direção", disse ele, lembrando que a companhia, uma junção entre a Shell e a Cosan, tem ativos importantes, como cerca de 8 mil postos de gasolina.

"Estamos nos dedicando muito, conversando com os credores, com a Shell, com o grupo Cosan, com todos os parceiros do sistema financeiro, temos todo o interesse em que essa empresa se recupere, porque ela tem resultados muito sólidos, tem ativos muito importantes e tem um peso muito grande no setor de biocombustível", declarou.

FIM DA ESCALA 6 X 1

O presidente do BNDES foi questionado por jornalistas se o banco poderia prestar algum tipo de apoio financeiro a empresas que tiveram dificuldade na eventual aprovação do fim da escala de seis dias de trabalho e apenas um de folga (6x1).

O fim da escala 6x1 é tido como uma das prioridades do governo. Mas o setor produtivo calcula que haverá custos pesados para os negócios.

A mudança está previsto na Proposta de Emenda Constitucional nº 8/2025, apresentada à Câmara dos Deputados em fevereiro do ano passado.

"Estamos estudando, mas ainda não temos nenhuma informação a respeito. Vamos aguardar a decisão do governo", disse.

BLOCOS

Congresso promulga acordo Mercosul-União Europeia

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Congresso Nacional promulgou ontem o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

Ao assinar o decreto que ratifica o acordo comercial no Brasil, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), apontou que o acordo envia um sinal claro em defesa da paz e da prosperidade no momento em que o mundo sofre com guerras e tensões comerciais.

"O comércio é a chave da paz mundial. Países que negociam entre si têm mais a perder com a guerra do que ganhar com ela. O comércio cria nações amigas, nações parceiras. Conflitos armados, que destroem vidas e riqueza, dificilmente ocorrem entre economias que compartilham cadeias de produção, de investimento e de mercados consumidores. O comércio gera paz e prosperidade", destacou Alcolumbre em discurso, diante de outros parlamentares e autoridades do governo federal, como o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin.

Após cerca de 26 anos de negociações, iniciadas ainda em 1999, os termos do acordo, que criará uma zona de livre comércio de 718 milhões de habitantes e cerca de R\$ 113 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e

serviços), foram assinados no fim de janeiro, em Assunção, no Paraguai, entre representantes dos dois blocos.

Menos de dois meses depois, a ratificação foi concluída pelo Congresso Nacional no início deste mês. Era a última etapa para que o acordo, pelo lado brasileiro, entrasse em vigor. Os parlamentos de Argentina, Uruguai e Paraguai, demais sócios do Mercosul, também já ratificaram o acordo.

Do lado da União Europeia, o Parlamento Europeu pediu, em janeiro, que o Tribunal de Justiça do bloco faça uma avaliação jurídica sobre o acordo, mas a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, garantiu que o bloco aplicará o tratado de forma provisória a partir de maio, mesmo com a pendência de análise judicial.

"Em um mundo marcado pelo protecionismo, pelo unilateralismo e pela incerteza, este acordo tem também um valor político e civilizatório. Ele aproxima duas regiões que compartilham valores fundamentais: a defesa da democracia, do multilateralismo, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável", apontou o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), durante a sessão solene. Ele aproveitou para cobrar a internalização definitiva do acordo pelo lado europeu.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE



▶▶▶ DECLARAÇÕES

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) <https://diariodoacionista.com.br/>; b) <https://ri.mrs.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

▶▶▶ BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2025	Controladora 2024	2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.129.196	4.144.513	4.377.047	4.144.613
Caixa restrito	5	1.921	2.880	1.921	2.880
Contas a receber de clientes	6	429.659	455.502	429.659	455.502
Outras contas a receber	8	18.007	22.978	18.007	22.978
Estoques	9	358.973	311.260	358.973	311.260
Tributos a recuperar	10	263.224	325.341	266.787	325.341
Despesas antecipadas	11	69.626	61.074	69.626	61.074
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	12	37.512	42.649	37.576	42.649
Total do ativo circulante		5.308.118	5.372.641	5.559.596	5.372.741
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	40.434	-	40.434
Outras contas a receber	8	247.275	68.300	73.401	68.300
Tributos a recuperar	10	120.243	141.319	121.164	141.319
Despesas antecipadas	11	24.115	14.763	24.115	14.763
Instrumentos financeiros derivativos	22	415.923	49.488	415.923	49.488
Outros ativos não circulantes	12	121.737	134.537	121.737	134.537
Investimentos	13	217.711	100	-	-
Imobilizado	14.1	13.919.329	11.929.818	14.076.334	11.929.818
Ativos de direito de uso	14.2	4.018.356	2.536.925	4.018.356	2.536.925
Intangível	15	322.109	324.757	322.109	324.757
Total do ativo não circulante		19.406.798	15.240.441	19.173.139	15.240.341
TOTAL DO ATIVO		24.714.916	20.613.082	24.732.735	20.613.082
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	617.611	838.659	632.677	838.659
Obrigações sociais e trabalhistas	17	327.145	298.355	327.145	298.355
Imposto de renda e contribuição social	18	19.992	148.787	22.046	148.787
Outras obrigações fiscais	19	69.633	76.323	70.332	76.323
Empréstimos e financiamentos	20	1.019.211	556.333	1.019.211	556.333
Arrendamento	21	364.589	622.888	364.589	622.888
Instrumentos financeiros derivativos	22	554.028	341.818	554.028	341.818
Dividendos a pagar	24	383.624	336.385	383.624	336.385
Adiantamentos de clientes		77.813	5.438	77.813	5.438
Provisões	25	74.045	112.202	74.045	112.202
Outras obrigações	26	88.977	52.970	88.977	52.970
Total do passivo circulante		3.596.668	3.390.158	3.614.487	3.390.158
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	20	8.643.109	7.612.425	8.643.109	7.612.425
Arrendamento	21	2.148.836	949.273	2.148.836	949.273
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	81.013	-	81.013
Tributos diferidos	23	641.132	286.735	641.132	286.735
Provisões	25	692.127	635.560	692.127	635.560
Outras obrigações	26	341.653	191.981	341.653	191.981
Total do passivo não circulante		12.466.857	9.756.987	12.466.857	9.756.987
TOTAL DO PASSIVO		16.063.525	13.147.145	16.081.344	13.147.145
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	27.a	4.760.879	4.036.872	4.760.879	4.036.872
Reservas de lucros		3.878.950	3.417.221	3.878.950	3.417.221
Reserva legal	27.c	629.271	551.518	629.271	551.518
Reserva para investimentos	27.d	3.249.679	2.865.703	3.249.679	2.865.703
Outros resultados abrangentes	27.e	11.562	11.844	11.562	11.844
Total do patrimônio líquido		8.651.391	7.465.937	8.651.391	7.465.937
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.714.916	20.613.082	24.732.735	20.613.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva para investimentos	Total	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2025								
Resultado abrangente do exercício		4.036.872	11.844	551.518	2.865.703	3.417.221	-	7.465.937
Lucro líquido do exercício	28	-	-	-	-	-	1.555.063	1.555.063
Outros resultados abrangentes	27.e	-	(282)	-	-	-	(282)	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	(282)	-	-	-	1.555.063	1.554.781
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	-	(369.327)	(369.327)
Aumento do capital social	27.a	724.007	-	-	(724.007)	(724.007)	-	-
Reserva legal	27.c	-	-	77.753	-	77.753	(77.753)	-
Reserva para investimentos	27.d	-	-	-	1.107.983	1.107.983	(1.107.983)	-
Total das transações de capital com os sócios no exercício		724.007	-	77.753	383.976	461.729	(1.555.063)	(369.327)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		4.760.879	11.562	629.271	3.249.679	3.878.950	-	8.651.391
			Reservas de lucros					
	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva para investimentos	Total	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2024								
Resultado abrangente do exercício		3.961.031	11.035	480.742	1.932.994	2.413.736	-	6.385.802
Lucro líquido do exercício	28	-	-	-	-	-	1.415.510	1.415.510
Outros resultados abrangentes	27.e	-	809	-	-	-	-	809
Total do resultado abrangente do exercício		-	809	-	-	-	1.415.510	1.416.319
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	-	(336.184)	(336.184)
Aumento do capital social		75.841	-	-	(75.841)	(75.841)	-	-
Reserva legal	27.c	-	-	70.776	-	70.776	(70.776)	-
Reserva para investimentos	27.d	-	-	-	1.008.550	1.008.550	(1.008.550)	-
Total das transações de capital com os sócios no exercício		75.841	-	70.776	932.709	1.003.485	(1.415.510)	(336.184)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.036.872	11.844	551.518	2.865.703	3.417.221	-	7.465.937

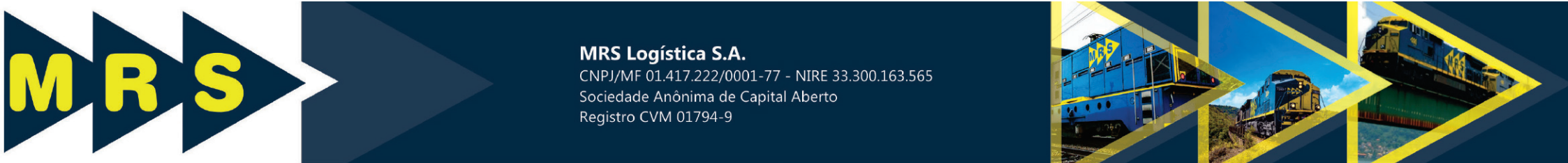
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

Controladora				Consolidada			
	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do IR e CSLL	33	2.149.931	2.047.741	Lucro líquido antes do IR e CSLL	33	2.152.768	2.047.741
Ajustado por:				Ajustado por:			
Depreciação e amortização	30	1.154.422	1.015.019	Depreciação e amortização	30	1.154.422	1.015.019
Resultado de equivalência patrimonial		(5.578)	-	Resultado de equivalência patrimonial		-	-
Variação monetária/cambial e encargos financeiros		1.351.123	864.031	Variação monetária/cambial e encargos financeiros		1.351.123	864.031
Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/ invest. perm. baixado		58.487	54.660	Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/ invest. perm. baixado		58.487	54.660
Provisão (reversão)		(19.798)	62.542	Provisão (reversão)		(19.798)	62.542
Amortização despesa antecipada	11	65.026	54.531	Amortização despesa antecipada	11	65.026	54.531
Provisão (reversão) p/ baixa de ativos	14.1	12.394	(21.918)	Provisão (reversão) p/ baixa de ativos	14.1	12.394	(21.918)
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperadas e perdas de estoques		6.728	1.391	Provisão (reversão) de perdas de créditos esperadas e perdas de estoques		6.728	1.391
Outros		-	809	Outros		-	809
		4.772.735	4.078.806			4.781.150	4.078.806
(Aumento) redução nos ativos operacionais				(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber	6 e 8	47.368	1.866	Contas a receber	6 e 8	48.242	1.866
Estoques	9	(49.539)	(31.406)	Estoques	9	(49.539)	(31.406)
Tributos a recuperar	10	8.301	(65.817)	Tributos a recuperar	10	3.817	(65.817)
Despesas antecipadas	11	(82.930)	(88.387)	Despesas antecipadas	11	(82.930)	(88.387)
Adiantamentos		12.506	51.299	Adiantamentos		12.506	51.299
Outros ativos		13.257	(9.006)	Outros ativos		13.193	(9.006)
(Aumento) redução nos passivos operacionais				(Aumento) redução nos passivos operacionais			
Fornecedores		(48.814)	(248.398)	Fornecedores		(33.748)	(248.398)
Obrigações fiscais	18 e 19	(25.654)	78.952	Obrigações fiscais	18 e 19	(25.738)	78.952
Obrigações sociais e trabalhistas	17	28.790	44.674	Obrigações sociais e trabalhistas	17	28.790	44.674
Adiantamentos de clientes		72.375	2.247	Adiantamentos de clientes		72.375	2.247
Outras obrigações		129.485	(16.274)	Outras obrigações		129.485	(16.274)
Caixa gerado pelas operações		4.877.880	3.798.556	Caixa gerado pelas operações		4.897.603	3.798.556
Pagamento de tributos sobre o lucro		(277.792)	(416.308)	Pagamento de tributos sobre o lucro		(277.792)	(416.308)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	34.2	(457.705)	(139.793)	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	34.2	(457.705)	(139.793)
Pagamento de juros de arrendamento	34.2	(128.736)	(175.082)	Pagamento de juros de arrendamento	34.2	(128.736)	(175.082)
Pagamento de juros de debêntures	34.2	(422.131)	(285.139)	Pagamento de juros de debêntures	34.2	(422.131)	(285.139)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.591.516	2.782.234	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.611.239	2.782.234
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de imobilizado e intangível	34.1	(2.820.121)	(2.620.111)	Adições de imobilizado e intangível	34.1	(2.972.993)	(2.620.111)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/intangível	31	8.496	8.891	Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/intangível	31	8.496	8.891
Aporte de capital em controlada	13	(207.900)	(100)	Aporte de capital em controlada		-	-
Créditos com partes relacionadas - Nota comercial		(173.000)	-	Créditos com partes relacionadas - Nota comercial		(2.964.497)	(2.611.220)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.192.525)	(2.611.320)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.964.497)	(2.611.220)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	34.2	227.363	-	Captação empréstimos e financiamentos	34.2	227.363	-
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	34.2	(1.535.561)	(217.130)	Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	34.2	(1.535.561)	(217.130)
Adição de debêntures	34.2	2.685.482	2.392.611	Adição de debêntures	34.2	2.685.482	2.392.611
Pagamento de debêntures	34.2	(823.650)	(745.412)	Pagamento de debêntures	34.2	(823.650)	(745.412)
Pagamento de arrendamento	21	(645.854)	(557.279)	Pagamento de arrendamento	21	(645.854)	(557.279)
Dividendos pagos		(322.088)	(284.989)	Dividendos pagos		(322.088)	(284.989)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		(414.308)	587.801	Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		(414.308)	587.801
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15.317)	758.715	(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		232.434	758.815
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa				(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	5	4.144.513	3.385.798	Saldo inicial	5	4.144.613	3.385.798
Saldo final	5	4.129.196	4.144.513	Saldo final	5	4.377.047	4.144.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas





MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora	
		2025	2024
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	29	8.054.851	7.484.648
Receitas de construção de ativos próprios		976.630	592.288
Outras receitas	31	277.877	348.339
(Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas		(3.527)	918
		9.305.831	8.426.193
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(3.364.704)	(3.018.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(344.518)	(328.337)
Outros		(145.873)	(145.865)
		(3.855.095)	(3.493.099)
		5.450.736	4.933.094
VALOR ADICIONADO BRUTO			
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	30	(1.154.422)	(1.015.019)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		4.296.314	3.918.075
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial		5.578	-
Receitas financeiras	32	625.040	1.124.158
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		4.926.932	5.042.233
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		978.028	984.315
Remuneração direta		569.628	608.013
Benefícios		341.474	332.815
F.G.T.S.		66.926	43.487
Impostos, taxas e contribuições		997.573	974.874
Federais		967.233	944.342
Estaduais		28.897	29.239
Municipais		1.443	1.293
Remuneração de capitais de terceiros		1.396.268	1.667.534
Juros		1.378.918	1.646.704
Aluguéis		17.350	20.830
Remuneração de capitais próprios		1.555.063	1.415.510
Dividendos	24	369.327	336.184
Lucros retidos do exercício		1.185.736	1.079.326
		4.926.932	5.042.233
		Consolidada	2024
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	29	8.054.851	7.484.648
Receitas de construção de ativos próprios		976.630	592.288
Outras receitas	31	277.877	348.339
(Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas		(3.527)	918
		9.305.831	8.426.193
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(3.364.704)	(3.018.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(345.146)	(328.337)
Outros		(145.873)	(145.865)
		(3.855.723)	(3.493.099)
		5.450.108	4.933.094
VALOR ADICIONADO BRUTO			
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	30	(1.154.422)	(1.015.019)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		4.295.686	3.918.075
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	32	635.780	1.124.158
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		4.931.466	5.042.233
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		978.028	984.315
Remuneração direta		569.628	608.013
Benefícios		341.474	332.815
F.G.T.S.		66.926	43.487
Impostos, taxas e contribuições		1.000.469	974.874
Federais		970.129	944.342
Estaduais		28.897	29.239
Municipais		1.443	1.293
Remuneração de capitais de terceiros		1.397.906	1.667.534
Juros		1.380.556	1.646.704
Aluguéis		17.350	20.830
Remuneração de capitais próprios		1.555.063	1.415.510
Dividendos	24	369.327	336.184
Lucros retidos do exercício		1.185.736	1.079.326
		4.931.466	5.042.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional: A MRS Logística S.A. (“MRS” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos. O contrato de concessão original tem o prazo de 30 anos contados a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente. Em 29 de julho de 2022, a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A. que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos, a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga, com prazo de vigência até 2056. O contrato de concessão vigente estabelece uma série de investimentos e novos indicadores específicos a serem cumpridos pela Companhia, relacionados com acidentes ferroviários graves, velocidade média de percurso, idade máxima da frota de locomotivas e índice de saturação da ferrovia. Caso essas obrigações não sejam atendidas, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas, a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, à exceção do item (i), a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2025, a MRS estava adimplente com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT. Em 17 de setembro de 2025, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) homologou a proposta de Solução Consensual referente as alterações e aprimoramentos do contrato de prorrogação antecipada da MRS Logística celebrado em julho de 2022. A decisão do Tribunal foi proferida através do acórdão nº 2186/2025. Na sequência, o processo foi encaminhado para a ANTT, responsável pela formalização do Termo Aditivo refletindo os termos aprovados entre as partes. Durante o 4º trimestre de 2025, a Superintendência de Ferrovias da ANTT finalizou a instrução do processo e o encaminhou à Procuradoria Federal, que emitiu parecer favorável à assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo foi assinado pelos representantes da MRS e pelos responsáveis técnicos da ANTT em 23 de dezembro de 2025. Após assinatura do Diretor-Geral da ANTT, em 14 de janeiro de 2026, ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, edição de 16 de janeiro de 2026. Nesse momento, houve a consolidação desse acordo e, portanto, a Companhia reconheceu em dezembro de 2025 os efeitos do 7º Termo Aditivo, tendo em vista sua representatividade, que prevê o pagamento de R\$2.796.000 (R\$1.666.771 a valor presente) a partir de julho de 2026 em um prazo de 10 anos. **1.2. Subsidiária:** Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu a subsidiária "MRS Hidrovias S.A", sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a realização de atividades acessórias, serviços complementares ou alternativos e desenvolvimento de projetos associados ao serviço público de transporte ferroviário de carga realizado pela MRS Logística S.A. relacionados a atividade aquaviária na área de influência da Companhia. Até 31 de dezembro de 2025, a subsidiária encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia prevê que a subsidiária inicie suas operações a partir de 2027, conforme o andamento das etapas necessárias para a implementação do projeto. Em dezembro de 2025, o capital social da MRS Hidrovias era de R\$226.250.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1. Declaração de conformidade: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2026. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da MRS e de sua subsidiária é o real (“R\$”) uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. **b) Apresentação de informações por segmentos:** Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, ela está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada. A MRS Hidrovia S.A. (controlada) é uma entidade recém-criada, que está em fase pré-operacional, em 31 de dezembro de 2025, não possui informações segmentadas para divulgação. **c) Resumo das principais políticas contábeis materiais:** Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as principais políticas contábeis materiais foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados. **d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de mudança de valor nos saldos contábeis de ativos e passivos estão apresentadas a seguir: **• Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **• Benefícios pós-emprego:** Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. **• Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **• Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais:** As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos. A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados. **• Taxa de depreciação, amortização e avaliação de perda do ativo imobilizado e intangível:** As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativo, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis. Se o valor contábil do ativo imobilizado ou intangível não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e até a data da emissão destas demonstrações financeiras, não havia indicativos de *impairment* sobre o imobilizado, ativos de direito de uso e intangível da Companhia (individual e consolidado). **• Taxa de desconto referente a renovação do contrato de concessão:** A Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos a concessão original. Em 2025, houve a celebração do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., para o qual a Companhia estimou o valor presente da outorga adicional, bem como a remensuração da concessão original, utilizando taxa de desconto de 14,11% que considerou a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia. Os valores foram adicionados ao passivo de arrendamento (Nota 21) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 14.2) correspondente. **e) Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (Controladora) e da controlada integral direta MRS Hidrovias S.A., na mesma data-base e de acordo com as mesmas políticas contábeis. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada direta são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia (Controladora). Todos os saldos e transações (receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados) entre as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas integralmente para fins de consolidação. Controladas são todas as entidades para as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada por uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de sua aquisição e/ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

3. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS EMITIDAS OU ALTERADAS RECENTEMENTE

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 18 / CPC51	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027*
Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos financeiros - divulgação	1º de janeiro de 2026

* A Companhia não pretende adotar a IFRS 18/CPC 51 antecipadamente e está atualmente avaliando o impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Reforma tributária: Em 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a reforma da tributação sobre o consumo e estabelece a substituição gradual das contribuições ao PIS e à COFINS, bem como do ICMS, do ISS e do IPI, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A referida Lei também instituiu o Imposto Seletivo (IS), aplicável a determinados setores específicos, não abrangendo os transportadores de carga. O período de transição para o novo modelo de tributação está previsto para ocorrer entre 2026 e 2032, sendo que no exercício inicial (2026) os novos tributos terão caráter predominantemente informativo, sem exigibilidade contábil e financeira. A Companhia monitora continuamente os potenciais impactos da Reforma Tributária e avaliará sua mensuração e divulgação nas demonstrações financeiras à medida em que as regras de transição forem consolidadas.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

14ª emissão de debêntures: Em 11 de março de 2026, foi concluída a 14ª emissão de debêntures, com captação de R\$ 1.200.000, série única, remuneração de IPCA+6,4613% e vencimento em 15 anos. Os recursos são destinados, integralmente, para o reembolso de gastos relacionados ao Projeto de Investimento, enquadrado na forma da Lei 12.431, considerado como prioritário nos termos da Portaria nº 1.520, do Ministério da Infraestrutura. A emissão contou com um sindicato de bancos para estruturação, com custos alinhados ao padrão de mercado. Foi celebrada a operação de derivativo, swap para CDI, no valor total da emissão. **Reserva de investimentos:** Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de março de 2026, o Conselho propôs a retenção de 75% dos lucros acumulados de 2025, após constituição da Reserva Legal, em Reserva de Investimentos no valor de R\$1.107.983, visando o suprimento dos recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital na Companhia. **Chuvas no Estado de Minas Gerais:** Em fevereiro de 2026, o Estado de Minas Gerais sofreu com as fortes chuvas que geraram situação de calamidade em algumas regiões do Estado, principalmente, Juiz de Fora. Apesar dessas chuvas, a companhia não teve impacto relevante nas suas operações e segue acompanhando e diligenciando tempestivamente as intercorrências.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da Administração e do relatório do auditor independente, estão disponíveis em <https://diariodoacionista.com.br/> e <https://ri.mrs.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

Guilherme Segalla de Mello Diretor Presidente	Henrique Rocha Martins Diretor de Finanças e Desenvolvimento
Livia Gomes Maciel Ganimi Controller	Ana Elizabete Lima Guerra Contadora - CRC/RJ 084465/O

RESUMO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços <https://diariodoacionista.com.br/> e <https://ri.mrs.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de março de 2026, sem modificações.

www.mrs.com.br

RECEBIMENTO DE LICENÇA
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SEA COAST RESIDENCE SERVICE, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.113.293/0001-74, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU/SUBCLA, através do processo nº EIS-PRO-2024/06197, Licença Ambiental Municipal de Operação nº 00886/2013 para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Avenida das Américas nº 13.554, Recreio dos Bandeirantes – Rio de Janeiro.

ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A.
CNPJ: 14.688.220/0015-60
AUDITORIA AMBIENTAL
ULTRACARGO LOGISTICA S.A., torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 30/10/2025, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento, referente ao ano de 2024, para realização da atividade de operação portuária de descarregamento, carregamento e armazenamento de graneis líquidos, não inflamáveis e não tóxicos, por meio de trens, navios, caminhões-tanque e caminhões tipo bi-trem, subestação de energia com 02 (dois) transformadores (225 e 150 kva) e recuperação ambiental da área impactada, com passivo decorrente da contaminação de solo e águas subterrâneas, com monitoramento concomitante das áreas sob investigação, e informa, que o relatório que este estará à disposição para consulta na Rua General Gurjão, s/nº - Caju, Município do Rio de Janeiro, no período de 31/10/2025 a 15/12/2025, no horário das 8h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/503542/2009)

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ Nº 33.547.449/0001-23
AVISO - Achem-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social à Rua das Laranjeiras, 5,11,13 e 15, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025. RJ, 17/03/2026. A Diretoria.

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ Nº 02.201.787/0001-85
AVISO - Achem-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social à Rua Maria Angélica, 310 - parte, Jardim Botânico - RJ, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025. RJ, 17/03/2026. A Diretoria.

ROUDAN PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 10.585.568/0001-75 NIRE: 33.2.0826730-9
Edital de Convocação - Na forma da lei e do Contrato Social, ficam convocados os senhores sócios da sociedade Roudan Participações Ltda. para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada na sede da sociedade, localizada na Avenida Nilo Peçanha, nº 509, apto 01 – Parte, Centro, Duque de Caxias/ RJ, CEP 25010-145, às 11:00h do dia 26 de março de 2026 a fim de deliberar acerca da destituição de administrador da sociedade e de sua investida. Os sócios poderão ser representados na reunião por procurador com poderes específicos, nos termos do artigo 1.074, §1º do Código Civil e das disposições do Contrato Social. Rio de Janeiro, 18 de março 2026. Clayton Rouxinol de Melo Santos e Wancley Rouxinol de Melo Santós – Administradores.

Diário de Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.:
(21) 99122-4278
(11) 2655-1899

LEGISLAÇÃO

ECA Digital começa a vigorar para proteger crianças na internet

DANIELLA ALMEIDA E LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

A Lei do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital) nº 15.211/2025, começa a valer no Brasil. A legislação é voltada à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, como redes sociais, jogos eletrônicos, serviços de vídeo e lojas virtuais de produtos e serviços voltados a este público ou que podem ser acessados por ele.

Sancionada em setembro do ano passado, a nova legislação não substitui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, mas estabelece diretrizes mais rigorosas sobre os direitos do público infante-juvenil, para garantir que a proteção prevista no mundo físico ocorra também no digital.

Pesquisadoras de entidades ligadas ao direito da infância, ouvidas pela Agência Brasil, qualificaram a nova lei como “histórica” e de “vanguarda” para o país.

A especialista em proteção digital de crianças e adolescentes Águeda Barreto, que atua na coordenação da organização não governamental (ONG) ChildFund Brasil, considera que o país saiu na frente ao aprovar uma lei para subsidiar políticas públicas que preveem integração entre setores.

Águeda cita iniciativas para proteger a infância de outros países, como a Austrália que proibiu o uso de redes sociais por menores de 16 anos.

“Nós acompanhamos que esse é um movimento global, mas essa lei brasileira aprovada é bem ampla”.

LEI FELCA

A aprovação do ECA Digital ocorreu após o influenciador Felipe Bressanin Pereira, conhecido como Felca, publicar um vídeo, em agosto do ano passado, no qual denunciou perfis em redes sociais que usavam crianças e adolescentes para promover a sexualização de menores de 18 anos.

O vídeo de uma hora de duração alerta para os riscos de expor conteúdos impróprios para o público infante-juvenil nas redes sociais e como os influenciadores lucravam com isso. Informalmente, o ECA Digital tem sido chamado também de Lei Felca.

A Lei 15.211/2025 proíbe a monetização ou impulsionamento de qualquer conteúdo que retrate menores de forma sexualizada ou com linguagem adulta.

Maria Mello é gerente do eixo digital do Instituto Alana – organização da sociedade civil, sem fins lucrativos – e explica que desde a publicação do vídeo de Felca, a discussão sobre adultização gerou consenso e mobilizou autoridades, políticos, especialistas, famílias e organizações da sociedade civil em torno do tema.

“O debate público a esse respeito cresceu e foi bastante importante para a lei, que já estava madura, para que pudesse ser aprovada rapidamente.”

IMPACTOS

Dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2025, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), mostram que, em 2025, 92% das crianças e adolescentes brasileiros com idades de 9 a 17 anos acessavam a internet, o que representa cerca de 24,5 milhões de pessoas. Segundo a pesquisa, 85% desse público têm perfil em, pelo menos, uma das plataformas investigadas.

Em um recorte mais específico, os dados mostram que

na faixa etária de 9 e 10 anos, 64% dos usuários têm perfil em rede social. Esse percentual sobe para 79% entre o público de 11 e 12 anos; e para 91% entre usuários de 13 e 14 anos. Quase todos (99%) os usuários de internet com idade de 15 a 17 anos têm perfil em, ao menos, uma plataforma.

A partir desta terça-feira, o ECA Digital passará a dar respaldo a famílias como a do designer instrucional Filipe Adão, pai da Catarina, de 6 anos.

Filipe conta que o perfil da menina em uma rede social funciona sob uma lógica analógica: a do álbum de fotografia e não de uma rede social. A conta existe apenas para registrar memórias e é totalmente administrada pelos pais, Filipe Adão e Karen Lima.

“Ela não utiliza redes sociais. Temos um Instagram para registrar memórias dela. Ela gosta e se diverte porque, por enquanto, é como um álbum de família para ela”, explicou o pai.

Filipe faz parte de uma parcela de responsáveis que, embora ainda não domine os detalhes técnicos da nova legislação, apoia integralmente um controle maior sobre as gigantes de tecnologia.

“Já era hora de existir uma regulação, principalmente para proteger os jovens de influências negativas e crimes cibernéticos.”

A relação da criança com a tecnologia começou aos 2 anos, mas com um propósito específico: encurtar distâncias. Durante a pandemia de covid-19, o tablet foi a ferramenta que permitiu o contato da criança com parentes distantes. Hoje, o equipamento é restrito a jogos de quebra-cabeça off line, música e atividades escolares.

RESPONSABILIDADE

Com o ECA Digital, a segurança na Internet dos usuários com menos de 18 anos deverá ser compartilhada entre as empresas de tecnologia e as famílias, que devem estar mais atentas ao uso da internet.

Para que essa supervisão parental seja reforçada, menores até 16 anos somente poderão acessar redes sociais, caso a conta esteja vinculada à de um responsável legal.

A pesquisadora do Child Fund Brasil Águeda Barreto explica que o objetivo é monitorar mais de perto as conversas, o tempo de uso, o bloqueio de conteúdos inadequados e autorização para compras, por exemplo.

A advogada Bianca Mollicone, especialista em proteção de dados e regulação de novas tecnologias, enfatiza que a legislação sozinha não substitui o papel da família, de escolas e dos educadores:

“Não dá para terceirizar a educação dos filhos e depois culpar apenas as plataformas. Os pais precisam entender o que os filhos estão usando e não ter medo de proibir quando algo não faz sentido. Se você não está ali como pai e mãe, quem vai impedir?”, questiona Bianca.

Por outro lado, Maria Mello, do Instituto Alana, reconhece que a fiscalização do acesso online de crianças e adolescentes não pode recair exclusivamente sobre as famílias; para Maria, essa é uma conquista da legislação, que reconhece as desigualdades históricas do Brasil.

“Em uma sociedade com 11 milhões de mães solo, únicas cuidadoras, em que falta creche, parque público e segurança para que as crianças também possam sair da tela, ampliar o rol de responsabilidades é fundamental.”

EMENDAS

ANDRE RICHTER/ABRASIL

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou ontem dois deputados federais e um suplente do PL pelo crime de corrupção passiva.

Por 4 votos a 0, o colegiado formou placar unânime para aceitar a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE), por cobrança de propina para a liberação de emendas parlamentares.

Conforme a acusação, entre janeiro e agosto de 2020, os deputados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA).

CPMI

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura descontos irregulares em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG) (**foto**), afirmou, ontem, que a Polícia Legislativa do Congresso Nacional irá investigar o vazamento das informações obtidas com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

“Sabemos é que existiram tentativas e vazamentos de algumas informações que deveriam permanecer apenas no âmbito da investigação e informações particulares ligadas à quebra de sigilo de Daniel Vorcaro que poderiam inviabilizar as provas”, admitiu Viana.

Na segunda-feira, o ministro do Supremo tribunal Federal (STF) André Mendonça proibiu a CPMI do INSS de acessar dados do material apreendido armazenado na sala-cofre da co-

missão. O voto do relator, ministro Cristiano Zanin, prevaleceu no julgamento. Zanin disse que há provas robustas de que os acusados cometeram crime de corrupção passiva ao solicitarem o pagamento de propina ao então prefeito do município José Eudes, que denunciou o caso.

O entendimento foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Flávio Dino. O colegiado também decidiu absolver os réus da acusação de organização criminosa.

PENAS

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem as penas de dois deputados federais do PL e um suplente que foram condenados pelo crime de corrupção.

- Maranhãozinho foi condenado a seis anos e cinco meses de prisão.

- Pastor Gil recebeu pena de cinco anos e seis meses.
- Bosco Costa foi condenado a cinco anos de prisão.

O regime de prisão será o semiaberto para todos os condenados.

Apesar da sentença, os deputados não serão presos imediatamente porque cabe recurso contra a decisão.

De acordo com o processo, entre janeiro e agosto de 2020, os deputados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA).

PERDA DO MANDATO

Em função da condenação criminal, Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil deveriam ser condenados à perda do mandato parlamentar, conforme determina a Constituição.

Contudo, o colegiado entendeu que a Câmara dos Deputados deverá analisar a compatibilidade do regime semiaberto com o mandato. Dessa forma, caberá à Casa decidir se os acusados vão manter o mandato.

A medida só será analisada após o trânsito em julgado da condenação, ou seja, após o fim da possibilidade de apresentação de recursos.

INELEGIBILIDADE

Com a condenação, os condenados ficarão inelegíveis por oito anos. O prazo começará a contar após o período de cumprimento da pena.

INDENIZAÇÃO

Os condenados também terão que pagar solidariamente R\$ 1,6 milhão em danos morais coletivos.

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



disse o presidente da CPMI.

IGREJA LAGOINHA

Questionado por jornalistas sobre o envio de recursos públicos de emendas parlamentares para uma associação ligada à Igreja Batista Lagoinha, Carlos Viana respondeu que seis igrejas apareceram nas investigações e que todos os sigilos bancários das pessoas investigadas foram quebrados.

A Igreja Batista da Lagoinha estaria envolvida em desdobramentos da Operação Compliance Zero, porque o cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro e pastor afastado desta igreja, Fabiano Zettel, foi apontado pela Polícia Federal como operador financeiro do Master.

A instituição nega vínculos com Daniel Vorcaro e afirma que Zettel era voluntário.

Durante a entrevista coletiva no Senado Federal, Viana negou que a Igreja Lagoinha tenha recebido dinheiro do INSS.

“Há um relacionamento de um pastor que tinha uma igreja separada, CNPJ separado, e que tinha ligação com o [banco] Master. Ele [Fabiano Zettel] tem que dar explicações e já foi convocado [pela CPMI].”

missão.

O parlamentar mineiro garante que as informações de foro íntimo do investigado não são de interesse da CPMI. “Nos interessa o relacionamento dele com entes da República, com o sistema financeiro e o esclarecimento de onde foi parar o dinheiro roubado dos brasileiros.”

Para dar sequência aos trabalhos dos parlamentares, o senador adiantou que pretende enviar um questionamento ao gabinete do ministro André Mendonça, no STF, para saber quando o material será devolvido, logo que as informações privadas forem retiradas do arquivo disponibilizado à CPMI.

BANCO CENTRAL

O presidente Carlos Viana também confirmou que pretende convidar para depor no mesmo dia na CPMI do INSS o atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ex-presidente da instituição Roberto Campos Neto.

O objetivo das oitivas simul-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO			
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO			
EDITAL			
PROCESSO Nº: 1836/2025			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026	Data de Abertura: 09/04/2026 Horário: 10h00min (horário de Brasília) Plataforma eletrônica: www.licitanet.com.br		
Unidades Contratantes:	Administração - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ		
Objeto			
Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada em INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MAIOR LANCE GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE FORMA EXCLUSIVA, DOS SERVIÇOS REFERENTES À CENTRALIZAÇÃO, AO PROCESSAMENTO E AO GERENCIAMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS), DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO E DEMAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS DE FORMA NÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AUTARQUIAS DE ARRAIAL DO CABO - RJ.			
Valor estimado			
R\$ 15.787.911,86 (quinze milhões, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e onze reais e oitenta e seis centavos)			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MAIOR LANCE
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença monetária entre lances			
01% (um por cento) do respectivo valor			
Pregoeiro			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras do Licitanet e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .			
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO			
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO			
PROCESSO Nº: 2235/2025			
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA			
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2025	Data de Abertura: 16/04/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO		
Objeto			
Contratação de empresa especializada em obras comuns para construção de fundação e fixação de réplicas cenográficas em tamanho real de baleias e golfinhos em pontos turísticos de Arraial do Cabo - RJ.			
Valor estimado			
R\$ 1.236.664,10 (Um milhão, duentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dez centavos.)			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Sim	Aberto	Menor preço global
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 100,00 (Cem Reais)			
Agente de Contratação			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .			
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

ROUBO NA BOMBA

Governo reúne Procons para fiscalizar combustíveis

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon) reuniu ontem mais de 100 Procons estaduais e municipais para organizar a ampliação das ações de fiscalização do mercado de combustíveis. De acordo com a secretaria, a mobilização está focada na coleta de preços em postos de combustíveis para análise sobre possíveis valores abusivos.

A ação será concentrada em cidades em foram registradas

elevações expressivas nos preços do diesel e da gasolina, com base em dados consolidados pelo Ministério das Minas e Energia (MME). As informações abrangem cerca de 19 mil postos de combustíveis em 459 municípios brasileiros.

Segundo o ministério, na cidade de Ourinhos (SP), por exemplo, foi registrada a comercialização do Diesel S10 a R\$ 9,99 por litro, representando aumento de 36% nos últimos sete dias. Em Caldas Novas (GO), assim como em Itabuna (BA), houve aumentos similares.

Já Feira de Santana (BA) li-

dera os aumentos de gasolina entre as cidades do Nordeste, com alta de quase 20%, seguida por Belém (PA), na região Norte, e Guarapuava (PR), no Sul do País.

A Senacon informou que já acionou a Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseesp), com análise preliminar dos casos em que houve aumentos abruptos e generalizados dos preços, “muitas vezes sem correspondência com variações identificáveis de custos”.

IMPOSTOS

Na última quinta-feira o governo federal anunciou que zerou as alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre o diesel, o que representa redução de R\$ 0,32 por litro. Também autorizou o pagamento de subvenção a produtores e importadores de diesel, no valor de R\$ 0,32 por litro.

“Somadas, as medidas têm potencial de reduzir em R\$ 0,64 por litro o preço do diesel nas bombas, criando condições para alívio ao consumidor e reforçando a necessidade de transparência na formação dos preços”, disse o governo, em nota.

GORETE PEREIRA

Deputada usará tornozeleira após operação sobre fraudes no INSS

GEOVANNA HORA/AE

A deputada federal Gorete Pereira (MDB-CE) foi alvo de busca e apreensão durante a Operação Indêbito, deflagrada pela Polícia Federal (PF) ontem.

A ação é um desdobramento da Operação Sem Desconto, que investiga um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em milhares de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Gorete também teve o uso de tornozeleira eletrônica determinado pelo ministro André Men-

donça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Aos 73 anos, Gorete é natural de Juazeiro do Norte (CE). Ela cursou graduação em Fisioterapia, nos anos 70, e pós-graduação em Tecnologia Educacional, nos anos 80, ambos na Universidade de Fortaleza (Unifor), onde também lecionou entre 1976 e 2002.

Ela também trabalhou nas secretarias de Saúde do município de Fortaleza (CE), entre 1981 e 2002, e do Estado do Ceará, entre 1985 e 2000, de acordo com informações disponíveis em seu perfil na Câmara dos Deputados.

Antes de chegar à Câmara, Gorete foi vereadora de Fortaleza, entre 1988 e 1994, e deputada estadual pelo Ceará, entre 1994 e 2002.

Ela é suplente em exercício desde 29 de dezembro do ano passado, quando assumiu a vaga do deputado federal Yury do Paredão (MDB-CE). No início deste ano, ela se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Na semana passada, a Câmara aprovou um projeto de sua autoria que regulamenta a venda e o uso de aerossóis de extratos vegetais, como o spray de pimenta, por mulheres a partir de

16 anos para defesa pessoal. O texto seguiu para o Senado.

DESDOBRAMENTOS

No âmbito da Operação Indêbito, policiais federais e auditores da Controladoria-Geral da União (CGU) cumprem 19 mandados de busca e apreensão, dois de prisão e outras medidas cautelares, no Ceará e no Distrito Federal.

O objetivo é apurar a prática de crimes como inserção de dados falsos em sistemas oficiais, organização criminosa, estelionato previdenciário e ocultação e dilapidação de patrimônio.

FRAUDES

Operadora do INSS pagou R\$ 4 milhões a Stefanutto, diz PF

LUIZ VASSALLO, AGUIRRE TALENTO, FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal afirma que o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto recebeu R\$ 4 milhões em propinas da advogada Cecília Rodrigues Motta, suspeita de atuar por entidades que efetuaram descontos fraudulentos sobre aposentadorias pela previdência social.

A menção aos pagamentos consta na decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça que autorizou a prisão de Cecília no âmbito da Operação Sem Desconto, que investiga supostas fraudes de R\$ 6,2 bilhões contra aposentados.

Segundo a decisão do ministro, “a partir das análises dos dados extraídos do telefone de Cecília foram encontrados comprovantes de supostos pagamentos, reservas de hospedagem e passagens aéreas em nome de Gilmar Stelo, identificado como assessor direto de Stefanutto”.

Stelo é um personagem conhecido da PF na Operação Sem Desconto. Advogado com escritório no Rio Grande do Sul, ele já era apontado como

suposto operador de propinas de outra entidade, a Conafer, a Stefanutto, que presidiu o INSS até abril de 2025, quando foi afastado judicialmente no âmbito da Sem Desconto. Mais tarde, ele viria a ser preso na operação.

Cecília Motta também foi alvo da primeira fase da operação, sob suspeita de representar diversas entidades junto ao INSS e pagar propinas a dirigentes para costurar com o órgão acordos de cooperação técnica que permitiam que essas associações pudessem efetuar descontos diretamente da folha de pagamento de aposentados em troca de oferecer serviços e seguros. As entidades são suspeitas de fraudar assinaturas e biometria das vítimas em filiações.

As investigações ainda identificaram que a deputada federal Maria Gorete Pereira (MDB), suspeita de receber propinas de Cecília, também atuou junto a Stefanutto. Segundo a decisão de Mendonça, ela “frequentemente contactava servidores do INSS, dentre eles Stefanutto, para, mediante pagamento de propina, viabilizar o credenciamento e ativação de entidades associativas de aposentados com as quais tinha relação”.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CCJ aprova prisão preventiva de quem descumprir cautelar

PEDRO PENTEADO/AE

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem, o Projeto de Lei 5.125/2023, que torna obrigatória a conversão em prisão preventiva quando o réu descumprir medidas cautelares em processos por crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar. A proposta foi apresentada pelo deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) em outubro de 2023.

O relator, deputado Marangoni (União-SP), recomendou a aprovação do substitutivo elaborado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Pelo substitutivo, o descumprimento de medida cautelar relacionada à proibição de acesso a determinados lugares, à proibição de contato com pessoa determinada ou

ao monitoramento eletrônico determinará obrigatoriamente a substituição pela prisão preventiva.

A mudança será inserida no artigo 282 do Código de Processo Penal e abrange casos que envolvem mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

O projeto também altera a Lei de Execução Penal. Passam a ser obrigações do monitorado atentar para o perímetro de restrição estabelecido quando da imposição da monitoração eletrônica e manter o equipamento com carga suficiente para a monitoração contínua.

O descumprimento comprovado e intencional dessas obrigações será classificado como falta grave, o que autoriza o juiz a revogar benefícios como a prisão domiciliar. A proposta entra em vigor na data de publicação.

SEGUNDA-FEIRA

CPMI do INSS agenda depoimento de ex-namorada de Vorcaro

PEDRO PENTEADO/AE

Martha Graeff, modelo e influenciadora que namorou o fundador do Banco Master, Daniel Vorcaro, prestará depoimento à CPMI do INSS na segunda-feira. A convocação partiu de requerimento do deputado Kim Kataguirí (Missão-SP).

Como mostrou o Estadão, Vorcaro transferiu para ela bens que podem superar R\$ 520 milhões. O dono do Master criou uma estrutura jurídica nos EUA com ex-noiva como beneficiária, na qual está, por exemplo, a casa de mais de R\$ 450 milhões em Miami, além de tê-la apresentado

com itens de alto valor.

A PF suspeita de blindagem patrimonial. Já o advogado Lúcio de Constantino, que representa a influenciadora nega. Segundo ele, Martha não tem imóveis, veículos nem valores oriundos do relacionamento com o ex-banqueiro, tanto no Brasil quanto no exterior.

A defesa acrescentou que ela vive nos Estados Unidos há quase 20 anos, declara seu patrimônio integralmente na declaração de imposto de renda americana e que o documento não registra variação patrimonial associada ao relacionamento.

STF

Mendonça vai relatar pedido de prorrogação da CPMI do INSS

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado ontem para relatar o pedido de prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Na sexta-feira passada, o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), protocolou um mandado de segurança no STF para o obrigar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a ler o requerimento no qual a CPMI pede a prorrogação dos trabalhos, que estão previstos para acabar no dia 28 deste mês.

Segundo o senador, há omissão de Alcolumbre e da Mesa Diretora ao não receberem o requerimento de prorrogação.

“A Mesa Diretora e o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, não querem adotar as providências neces-



CARLOS MOURA-SCO-STF

sárias para a prorrogação da CPMI do INSS, desde a não determinação de recebimento do requerimento até a não promo-

ção da leitura do referido pedido de extensão de prazo na sessão do Senado Federal ou do Congresso Nacional”, argu-

menta a CPMI.

CASO MASTER

Mendonça também é relator do inquérito que apura as fraudes no Banco Master.

Segundas-feira o ministro proibiu a CPMI do INSS de ter acesso a novos dados da quebra de sigilos dos sigilos bancário, fiscal e telemático do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master.

A comissão apura a suposta participação do banco em empréstimos consignados irregulares a aposentados e pensionistas.

Com a decisão, os dados, que estão em uma sala-cofre da CPMI, no Senado, deverão ser devolvidos para a Polícia Federal (PF).

A medida foi tomada após o ministro determinar a abertura de inquérito para investigar o vazamento de conversas privadas entre Vorcaro e sua ex-namorada.

DISTRITO FEDERAL

Justiça libera uso de imóveis públicos para cobrir rombo de Ibaneis no BRB

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O desembargador Roberval Belinati, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), derrubou ontem a decisão que barrou a lei que autorizou o governo distrital a usar imóveis públicos como garantias de empréstimos para salvar o Banco de Brasília (BRB).

A decisão de hoje suspende a

liminar de primeira instância que proibiu a utilização dos imóveis para capitalização do BRB, que é alvo das investigações sobre fraudes no Banco Master.

O desembargador aceitou recurso protocolado pelo GDF e afirmou que a proibição deve ser derrubada por interferir no livre funcionamento do governo local. Belinati também ressaltou que a medida pode trazer pre-

juízos financeiros para o Distrito Federal.

“Destaque-se que o Banco de Brasília detém relevante função social, sendo responsável pela execução de políticas públicas de crédito, pela operacionalização de programas governamentais e pela prestação de serviços bancários a milhares de servidores públicos, aposentados e cidadãos do Distrito Federal”,

afirmou.

No dia 10 deste mês, o governador Ibaneis Rocha sancionou o projeto de lei que permite o uso de imóveis públicos para garantir empréstimos e cobrir o rombo causado com as operações envolvendo o Master.

O BRB pretende realizar operações de crédito de R\$ 6 bilhões com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e outros bancos.

ISP

Estado tem queda de 9,6% nas mortes violentas em fevereiro

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro registrou queda de 9,6% nos casos de mortes violenta em fevereiro, de acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão responsável pelas estatísticas oficiais de criminalidade e ligado ao governo estadual.

Foram registradas 303 mortes no mês. Em fevereiro do ano passado, foram 335 mortes.

O indicador reúne as mortes decorrentes de homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e por intervenção de agente do Estado.

Os dados do ISP apontam redução nos principais indicadores de roubo no estado: roubo de rua (- 17,4%), o menor número para o mês desde 2017; roubo em coletivo (- 63,3%), roubo a transeunte (- 14,3%), o roubo de aparelho celular (-11,3%), roubo de veículos (-14,4%) e o roubo de carga (-8,2%).

MATANÇA

Moraes ordena que RJ entregue vídeos de operação contra o CV

PEDRO PENTEADO/AE

O ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que a Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro envie, no prazo de cinco dias, mídia física com 945 arquivos de vídeo de câmeras corporais produzidos durante a Operação Contenção à Diretoria-Geral da Polícia Federal.

A medida decorre do Ofício nº 184/2026/SEAPRO/GAB/PP, pelo qual a PF informou ao STF a inviabilidade técnica de cumprir decisão anterior, de 19 de fevereiro, que determinara o envio das imagens para perícia.

Segundo a corporação, a plataforma online disponibilizada pelo órgão estadual permite apenas a reprodução direta dos arquivos, sem habilitar a função de download. A restrição impede a extração do material para preservação e análise técnica.

A Polícia Federal apontou ainda a ausência de códigos de verificação de integridade, os chamados hash, em quase todos os arquivos. A falta desses códigos compromete a cadeia de custódia e impossibilita atestar eventual adulteração do material após a transferência.

Na decisão, Moraes estabeleceu que os arquivos devem ser entregues em formato nativo, sem conversão ou compressão que implique perda de qualidade ou de metadados.

Caso o formato seja proprietário (um tipo de arquivo desenvolvido, controlado e de propriedade de uma empresa ou organização específica), o Estado deverá encaminhar também o software necessário para visualização e análise, acompanhado das respectivas

“Mesmo com o aumento da circulação de pessoas nas ruas, observamos redução em importantes indicadores de criminalidade no estado, principalmente nos roubos de rua, que influenciavam diretamente na sensação de segurança da população”, explicou a diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz.

Conforme o instituto, as morte causadas por agente do Estado caíram 35,4% no período, o menor registro para o mês desde 2016.

ESTUPROS

No entanto, os casos estupro cresceram, passaram de 435, em fevereiro de 2025, para 471 no mesmo mês deste ano, aumento de 8%.

Os furtos a pessoas nas ruas também tiveram alta. Em fevereiro de 2026, foram 1.765 registros, contra 1.462 no mesmo período de 2025 (alta de 21%). Os estelionatos cresceram de 12.068 registros em fevereiro último contra 11.836 no mesmo mês do ano passado.

licenças de uso. A relação completa dos códigos hash de cada vídeo deverá acompanhar o envio.

O prazo de 15 dias para a conclusão da perícia pela Polícia Federal foi mantido e passará a contar a partir da data do efetivo recebimento da mídia física e dos softwares, após avaliação técnica preliminar de viabilidade.

Na decisão, Moraes classificou as imagens como "elemento probatório crucial para a elucidação dos fatos" no âmbito da ADPP.

A ADPF 635, proposta pelo Partido Socialista Brasileiro e conhecida como ADPF das Favelas, questiona operações policiais realizadas em comunidades do estado do Rio de Janeiro.

A OPERAÇÃO

A Operação Contenção foi deflagrada em 28 de outubro de 2025 pelo governo do estado do Rio de Janeiro para conter o avanço do Comando Vermelho, como informou o Estadão. Cerca de 2.500 agentes das polícias civil e militar entraram nos complexos do Alemão e da Penha, na Zona Norte da capital fluminense, para cumprir 100 mandados de prisão contra integrantes da facção.

No primeiro dia, a ação foi classificada como a mais letal da história do país. Segundo a Polícia Civil, 115 dos 117 civis mortos tinham ligação comprovada com o Comando Vermelho. Cinco policiais também morreram durante a operação.

Os 945 arquivos em disputa são gravações das câmeras corporais usadas por policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) durante a operação.

EUA

Chefe do antiterrorismo renuncia: ‘Irã não é ameaça’

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo dos Estados Unidos (EUA), Joseph Kent, renunciou ao cargo, ontem, por não concordar com a guerra no Irã promovida pelo governo de Donald Trump em parceria com Israel.

“Não posso, em sã consciência, apoiar a guerra em curso no Irã. O Irã não representava uma ameaça iminente à nossa nação, e é claro que iniciamos esta guerra devido à pressão de Israel e seu poderoso lobby”, afirmou o agora ex-diretor ligado ao Escritório Nacional de Inteligência dos EUA (DNI).

Kent destacou que apoiou os “valores” e políticas que Trump defendeu nas suas campanhas eleitorais quando o então candidato afirmava que as guerras no Oriente Médio “eram uma armadilha que roubava da Améri-

ca as preciosas vidas de nossos patriotas”.

Porém, para o então assessor da Casa Branca, Trump teria sido influenciado, no atual mandato, por altos funcionários israelenses e membros influentes da mídia que o teriam empurrado para a guerra no Irã.

“Essa câmara de eco foi usada para enganá-lo, fazendo-o acreditar que o Irã representava uma ameaça iminente aos EUA e que, se você atacasse agora, haveria um caminho claro para uma vitória rápida. Isso foi uma mentira e é a mesma tática que os israelenses usaram para nos arrastar para a desastrosa guerra do Iraque”, completou o veterano de guerra.

Trump se elegeu criticando as guerras dos EUA no Oriente Médio e a participação da Casa Branca na Ucrânia, motivo que tem levado parte da base de apoio do presidente republicano a condenar a agressão militar

OTAN NA GUERRA

Aliados ocidentais mantêm posição de não intervenção em Ormuz

THAIS PORSCH/AE

Diversos países se posicionaram ontem contra enviar ajuda aos Estados Unidos e sua incursão no Irã, o que provocou comentários duros do presidente americano, Donald Trump

Trump afirmou que "não precisa ou deseja" a assistência de países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em operações militares e que a aliança está "cometendo um erro grave" com sua recusa.

O porta-voz do primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, mencionou que as negociações do Reino Unido sobre o Estreito de Ormuz continuam com Washington, a Europa e os aliados do Golfo, embora o país não tenha se comprometido até o momento em enviar ajuda.

O presidente francês, Emmanuel Macron, por outro lado, afirmou que a França não participará de operações para liberar o estreito no contexto atual e que a operação teria de ser separada da situação de conflito em curso. A ministra da Defesa da

Espanha, Margarita Robles, também reiterou que não vai participar de nenhuma missão internacional no local.

Macron ainda convocou um novo Conselho de Defesa e Segurança Nacional sobre a situação no Irã e no Oriente Médio para esta tarde, horário local, no Palácio do Eliseu, segundo informações da BFM TV.

Seguindo o ceticismo dos países europeus, o Canadá declarou hoje não tem intenção de se juntar às operações militares contra o Irã. Em uma entrevista à Bloomberg, a ministra das Relações Exteriores canadense, Anita Anand, esclareceu que o país não foi consultado antes da operação ofensiva. "O Canadá não participou da ação militar e não tem intenção de participar dela", acrescentou.

Ministra de Infraestrutura, Transporte, Desenvolvimento Regional e Governo Local da Austrália, Catherine King reconheceu a importância de escoltar navios pelo Estreito de Ormuz, mas que isso não é algo que foi solicitado ao governo australiano ou com que ele este-

contra o Irã.

VETERANO DE GUERRA

Joseph Kent serviu o Exército dos EUA por 20 anos, tendo atuado em 11 destacamentos em combates no Oriente Médio. Ele se aposentou das Forças Armadas em 2018. Kent ainda perdeu a esposa, Shannon Kent, militar da Marinha estadunidense, em um atentado na Síria. “(Perdi) minha amada esposa Shannon em uma guerra fabricada por Israel, não posso apoiar o envio da próxima geração para lutar e morrer em uma guerra que não traz nenhum benefício ao povo americano”, completou o ex-assessor da Casa Branca.

O então diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo dos EUA estava sob a coordenação da diretora do Escritório Nacional de Inteligência (DNI) da Casa Branca, Tulsi Gabbard. O DNI reúne toda a comunidade de inteligência dos EUA que as-

ja contribuindo. "Temos sido muito claros sobre qual é a nossa contribuição em relação aos pedidos e, até agora, isso se refere aos Emirados Árabes Unidos - obviamente fornecendo aeronaves para ajudar na defesa - mas não enviaremos um navio para o Estreito de Ormuz", disse King.

Antes de se encontrar nesta tarde com Trump na Casa Branca, o Taoiseach da Irlanda, Micheál Martin, igualmente descartou a participação irlandesa em qualquer missão da União Europeia (UE) para reabrir a rota estratégica de petróleo no Oriente Médio.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, utilizou as declarações cautelosas de aliados dos EUA para afirmar que um número crescente de vozes demonstram que a guerra contra o país persa é "injusta". Em publicação no X, Araghchi compartilhou a carta de renúncia do diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo dos EUA (NCTC, em inglês), Joe Kent, que acusou Trump de iniciar uma guerra por pressão de Israel mesmo

sessora a Casa Branca e demais instituições de segurança e inteligência do país.

MOTIVOS DA GUERRA

Em março de 2025, antes do primeiro ataque dos EUA e Israel contra o Irã, a chefe do DNI negou que o Irã estivesse construindo uma arma nuclear, como alegam Trump e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Analistas consultados pela *Agência Brasil* têm alertado que a acusação de que o Irã desenvolve armas nucleares seria um “pretexto” para derrubar o governo de Teerã.

A mudança de regime no Irã teria, como objetivo, acabar com a oposição do país persa à política de Washington e de Tel Aviv no Oriente Médio, além de ser uma forma de conter a expansão econômica da China na região em meio à guerra comercial travada com os EUA.

que o Irã não fosse uma ameaça imediata aos americanos.

"Uma onda global de repercussões está só começando e atingirá a todos, independente de riqueza, fé ou raça", escreveu o ministro iraniano. "Mais membros da comunidade internacional devem se pronunciar."

Já um assessor diplomático do presidente dos Emirados Árabes Unidos, Anwar Gargash, afirmou que seu país poderia se juntar a um esforço internacional liderado pelo republicano para garantir a segurança em Ormuz, de acordo com a Reuters.

A Argentina também reiterou apoio "inabalável" aos americanos após ter sido acusada pelo Irã de ser inimiga do regime persa, segundo o chefe de Comunicação e porta-voz do presidente Javier Milei, Javier Lanari, em comentário ao El Mundo.

Mais cedo, ao reafirmar suas críticas contra parceiros ocidentais, Trump comentou que países como Catar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Bahrein deram "grande apoio" em relação ao Irã.

EUA não precisam 'de ninguém' para reabrir Ormuz, diz Trump após países negarem ajuda

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trum (**foto**), afirmou ontem que os EUA são "o país mais poderoso do mundo" e não precisam "da ajuda de ninguém", após membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) se recusarem a auxiliar na segurança do Estreito de Ormuz, bloqueado pelo Irã após o início dos ataques americanos-israelenses em Teerã.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que os EUA foram informados pela maioria de seus "aliados" da Otan de que não querem se envolver na operação militar no Irã.

"Não me surpreende essa atitude, pois sempre considerei a Otan, onde gastamos centenas de bilhões de dólares por ano protegendo esses mesmos países, uma via de mão única: nós os protegemos, mas eles não fazem nada por nós, especialmente em um momento de necessidade", escreveu.

"Devido ao sucesso militar que alcançamos, não 'precisamos' nem desejamos mais a aju-

da dos países da Otan - NUNCA PRECISAMOS", afirmou. "O mesmo se aplica ao Japão, à Austrália ou à Coreia do Sul", escreveu.

"Aliás, falando como presidente dos EUA, de longe o país mais poderoso do mundo, NÃO PRECISAMOS DA AJUDA DE NINGUÉM", acrescentou.

Pouco depois, o republicano voltou a comentar o caso e classificou a decisão da Otan como um "erro muito tolo". "Quando dizem que o Irã era uma ameaça, mas que não vão ajudar, acho que estão sendo muito tolos", disse Trump a repórteres ao receber o primeiro-ministro da Irlanda, Micheál Martin, no Salão Oval.

Ele também afirmou que a decisão é "decepcionante" e ruim para a "parceria". "Não precisamos deles, mas eles deveriam estar lá".



O presidente também disse que o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, cometeu "um grande erro" ao rejeitar seu pedido de ajuda para reabrir o Estreito de Ormuz.

"Ele não demonstrou nenhum apoio e acho que isso é um grande erro", disse Trump. "Estou decepcionado com Keir. Gosto dele, acho que ele é um bom homem, mas estou decepcionado", declarou.

No domingo Trump já havia dito que a Otan enfrentaria um futuro "muito ruim" se não ajudasse os EUA a reabrir o Estreito de Ormuz.

Em entrevista ao jornal Financial Times, Trump afirmou que, assim como os EUA prestaram auxílio à Ucrânia na guerra contra a Rússia, esperava que a Europa colaborasse na questão da via marítima, cujo bloqueio

Nota

PAES DIZ QUE SECRETÁRIO SOFREU ATENTADO

O secretário municipal de Proteção e Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro, João Pires, informou que foi perseguido por homens armados de fuzil na noite de segunda-feira enquanto estava na rodovia RJ-106, no sentido Maricá. O prefeito, Eduardo Paes, disse que Pires sofreu um atentado por combater a máfia dos postos de combustíveis. Segundo o relato do secretário, durante o trajeto, um carro emparelhou com seu veículo. “Criminosos abriram as portas e apontaram fuzis em sua direção, iniciando uma perseguição que se estendeu por cerca de 2 quilômetros. Ele estava em um carro blindado e conseguiu acelerar para tentar escapar”, diz a nota.